



IDAPAR
Organizador

Maria Cristina Cesar de Oliveira
Octavio Cascaes Dourado Junior
Marcio Augusto Moura de Moraes
Coordenadores

SUSTENTABILIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO

Prefácio
André Saddy

Prefácio
André Saddy

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Este livro, o primeiro do Instituto de Direito Administrativo do Pará – IDAPAR, tem por objetivo examinar a questão complexa da sustentabilidade no Direito Administrativo. Seus autores, nos 20 artigos que integram a obra, exploram os mais variados escaninhos do Direito Administrativo, sempre com a preocupação de demonstrar a importância e a transversalidade da perspectiva sustentável nas suas dimensões, política, jurídica, econômica, socioambiental, cultural e ética. Assim, demonstram que a boa administração exige, além da análise de custo-benefício econômico, uma gestão legítima, justa, participativa, coerente, inclusiva, democrática, equilibrada e consequente, mensurar os possíveis riscos, certos ou potenciais, de suas decisões e delinear medidas mitigadoras dos impactos porventura negativos. Importante ressaltar que, na solução de casos concretos controvertidos, deve a Administração Pública Sustentável ponderar entre as opções possíveis e escolher a aquela que melhor satisfaça o interesse público: a concretização dos direitos fundamentais constitucionalmente estabelecidos, tendo em vista a presente geração e as futuras gerações.

Áreas afins do livro
MEIO AMBIENTE.

Palavras-chave
SUSTENTABILIDADE. DIREITO ADMINISTRATIVO.
GOVERNANÇA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
POLÍTICAS PÚBLICAS. URBANISMO.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 3442

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S964 Sustentabilidade no direito administrativo / IDAPAR - Instituto de Direito Administrativo do Pará (org.). Maria Cristina Cesar de Oliveira, Octavio Cascaes Dourado Junior, Marcio Augusto Moura de Moraes (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025.

345p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-953-7

ISBN digital 978-65-5518-950-6

1. Sustentabilidade. 2. Direito administrativo. 3. Governança. 4. Administração Pública. 5. Políticas públicas. 6. Urbanismo. I. IDAPAR. II. Oliveira, Maria Cristina Cesar de. III. Dourado Junior, Octavio Cascaes. IV. Moraes, Marcio Augusto Moura de. V. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

IDAPAR - Instituto de Direito Administrativo do Pará (org.); OLIVEIRA, Maria Cristina Cesar de; DOURADO JUNIOR, Octavio Cascaes; MORAES, Marcio Augusto Moura de. (coord.). *Sustentabilidade no direito administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 345p. ISBN 978-65-5518-953-7.

Maria Cristina Cesar de Oliveira

Mestra e Doutora em Direito (UFPA). Estágio Doutoral na Universidade de Coimbra, Portugal, e na Universidade Externado, Bogotá, Colômbia. Professora associada III (aposentada) (UFPA). Consultora jurídica (aposentada) do Estado do Pará. Advogada (UFPA). Foi Procuradora-Geral da UFPA, Secretária de Meio Ambiente do Município de Belém/PA, Consultora Geral do TCE/PA e Conselheira Titular representando a OAB/PA no COEMA/PA. Diretora acadêmica do IDAPAR.

Octavio Cascaes Dourado Junior

Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA). Mestre em Engenharia Hidráulica (EP/USP). Especialista em Direito Administrativo (PUC Minas). Engenheiro Civil (UNAMA). Advogado (CESUPA). Professor Adjunto IV da UEPA. Conselheiro Titular representando a UEPA no COEMA/PA. Presidente da Comissão de Princípios Jurídicos e Sustentabilidade do IDAPAR.

Marcio Augusto Moura de Moraes

Advogado, mestrando em Administração Pública pelo Instituto de Direito Público (IDP), Conselheiro Seccional Efetivo da OAB/PA (2018-2024), pós-graduando em Direito Administrativo pela PUC Minas, MBA em Direito do Trabalho pela FGV-Ideal, membro da Comissão de Servidores Públicos do IBDA e do Instituto de Direito Administrativo Sancionador (IDASAN). Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Pará (IDAPAR).

<p>PREFÁCIO</p>	
<p>André Saddy</p>	<p>13</p>
<p>SUSTENTABILIDADE E DIREITO ADMINISTRATIVO</p>	
<p>Maria Cristina Cesar de Oliveira</p>	<p>17</p>
1	Os riscos da modernidade avançada
2	Sustentabilidade e desenvolvimento
3	O Direito no marco da sustentabilidade
3.1	Sustentabilidade e boa governança.....
3.2	Princípios jurídicos e governança pública sustentável
4	À guisa de conclusão.....
	Referências
	28
<p>A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS, NO ESTADO DO PARÁ</p>	
<p>Octavio Cascaes Dourado Junior, Miguel Monteiro Ribeiro, Stefany Monteiro Lucena</p>	<p>31</p>
1	Introdução.....
2	Regra geral na gestão dos recursos hídricos.....
2.1	Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Pará – PERH
2.2	Outorga de direito de uso dos recursos hídricos como instrumento de gestão.....
3	A realidade dos processos de outorga de direito de uso dos recursos hídricos
3.1	Quantitativo de deferimento e indeferimento dos processos de outorga de direito de uso dos recursos hídricos entre 2016 e 2021
3.2	Causas dos indeferimentos de outorga de direito de uso dos recursos hídricos
3.3	Tempo médio para a conclusão dos processos administrativos de outorga de direito de uso de recursos hídricos, no Estado do Pará.....
4	Conclusão.....
	Referências
	43
<p>DIREITO A UM MEIO AMBIENTE DE TRABALHO SUSTENTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO</p>	
<p>Marcio Augusto Moura de Moraes, Fábio Bandeira de Mello</p>	<p>45</p>
	Introdução.....
1	Interseção entre Direito do Trabalho e Direito Ambiental
2	Conceito e objeto do meio ambiente do trabalho.....
3	Emergência da discussão acerca do meio ambiente de trabalho no serviço público e a influência da pós modernidade.....
4	Atos normativos que sustentam o direito ao meio ambiente do trabalho saudável.....
4.1	Convenções internacionais.....
4.2	Constituição Federal de 1988
4.3	Atos normativos infraconstitucionais
5	Normas regulamentares do Ministério do Trabalho e sua (in) aplicabilidade aos agentes públicos.....
6	Direito ao meio ambiente de trabalho sustentável no serviço público.....
6.1	Dados do painel estatístico de pessoal do Ministério do Planejamento
	64

6.2	Relatório da Organização Mundial da Saúde.....	66
6.3	A incidência da sustentabilidade de modo pluridimensional....	66
	Conclusões	68
	Referências	69
CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SUSTENTABILIDADE		
	Cesar Pereira.....	73
	Introdução.....	73
1	Sustentabilidade nos contratos regidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos	74
1.1	“Desenvolvimento nacional” e a dimensão constitucional das contratações públicas sustentáveis.....	74
1.2	Contratações públicas sustentáveis na Lei nº 8.666	76
1.3	Contratações públicas sustentáveis a partir da Lei nº 14.133.....	78
2	Sustentabilidade nos contratos administrativos internacionais .	80
2.1	Esforços internacionais para a promoção das contratações públicas sustentáveis.....	80
2.2	Sustentabilidade no GPA/WTO e a potencial acessão do Brasil.	81
2.3	Contratos administrativos de compra internacional de mercadorias	84
2.3.1	Aplicação da CISG aos contratos administrativos de compra internacional de mercadorias.....	84
2.3.2	Sustentabilidade nos contratos regidos pela CISG	85
3	Conclusão.....	87
	Referências	88
GOVERNANÇA: INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO AO BEM-ESTAR SOCIAL E DE CONSECUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
	Renata Fabris Pinto Gurjão, Eurico Soares Montenegro Neto.....	91
1	Introdução.....	91
2	Quando as instituições falham, o que pode ser feito?	93
3	As boas práticas de governança corporativa como instrumento de gerenciamento das instituições políticas.....	95
4	Índices verificadores de implementação da governança apontam para o desenvolvimento sustentável: uma análise da perspectiva da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON).....	100
5	Considerações finais.....	107
	Referências	108
A GOVERNANÇA COMO CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL		
	Ariane Brito Cal Athias.....	113
	Introdução.....	113
1	A importância da governança e os critérios ESG para a sustentabilidade ambiental	114
2	Políticas públicas de boa governança para a promoção do desenvolvimento sustentável.....	118
3	Adoção de práticas inovadoras de gestão e governança sustentáveis.....	121
4	Agenda 21 Brasileira e o processo de governança e planejamento para o desenvolvimento sustentável	124
	Conclusões	128
	Referências	129
CARTAS DA CIDADE: UMA ANÁLISE DO NEOLIBERALISMO NA COP 30		
	Fernando Lourenço Matos Lima, Daniella Maria dos Santos Dias.....	131
	Introdução.....	131
	A sombra do neoliberalismo	132
	As cartas revelam: análise das contas públicas	133

Desvendando o futuro: neoliberalismo e a preparação de Belém para a COP 30.....	137
Considerações finais.....	140
Referências.....	141

O DIÁLOGO INTERSETORIAL PARA A CONCRETIZAÇÃO DO SOCIALMENTE JUSTO: UMA VISÃO DE COMPETÊNCIAS E DE PODERES COMPARTILHADA ENTRE ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE CIVIL NO PROGRAMA ESCRREVENDO E REESCREVENDO A NOSSA HISTÓRIA (PERNOH)

Sandoval Alves da Silva, Pedro Simões da Silva	145
1 Introdução.....	145
2 O Estado e a cooperação na divisão das funções estatais.....	148
3 As teorias do diálogo aplicadas à cooperação intersetorial.....	150
4 O diálogo intersetorial para concretizar o socialmente justo: Programa Escrevendo e Reescrevendo Nossa História (Pernoh).....	153
5 Conclusão.....	156
Referências.....	157

A INSTITUIÇÃO DE UM REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E O DESAFIO PARA UMA PREVIDÊNCIA SOCIAL SUSTENTÁVEL

Sérgio Oliva Reis	159
1 Apresentação da questão.....	159
2 Do modelo previdenciário brasileiro.....	160
3 Do histórico do tratamento dos regimes fechados de previdência complementar destinados aos servidores públicos no Direito brasileiro.....	161
4 Da evolução dos déficits atuarial e previdenciário dos regimes próprios no Brasil.....	164
5 Das alterações decorrentes da implementação de um regime de previdência complementar pelos entes federados.....	167
6 Considerações finais.....	169
Referências.....	169

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO DEVER CONSTITUCIONAL: ASPECTOS LEGAIS E PRÁTICOS

Ana Maria Barata, João Rogério Rodrigues	173
Introdução.....	173
1 O contexto da educação ambiental no âmbito rural.....	174
2 Normativo constitucional e legal da educação ambiental.....	177
3 Proposição do ensino prático na educação ambiental.....	180
Conclusões.....	184
Referências.....	185

O PAPEL DA ADVOCACIA PÚBLICA CONSULTIVA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Mônica Martins Toscano Simões	187
1 Palavras introdutórias.....	187
2 A advocacia pública consultiva e a formulação das políticas públicas.....	188
2.1 A escolha da política pública.....	188
2.2 A modelagem da política pública.....	190
3 A judicialização das políticas públicas.....	195
4 Conclusão.....	197
Referências.....	197

ÚTEIS, CONTÍNUOS OU CORRIDOS: SEGURANÇA JURÍDICA
NA FORMA DE CONTAGEM DE PRAZOS ADMINISTRATIVOS
NO ESTADO DO PARÁ E SUA INFLUÊNCIA PARA A JUSTIÇA
E FORMAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FORTES (META 16 – ODS)

João Paulo Mendes Neto, Carlos Alberto Schenato Junior	199
1 Introdução.....	199
2 Federalismo, legalidade e o princípio da segurança jurídica para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 da ONU.....	202
3 Prazos administrativos no Estado do Pará e a Lei Geral de Processos Administrativos – LEPA	205
4 Conclusão.....	211
Referências	212

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE
CIVIL ESTATAL POR INJUSTIÇA AMBIENTAL

Elody Boulhosa Nassar	215
1 Introdução.....	215
2 Sustentabilidade como valor supremo na CF de 1988	217
3 Responsabilidade civil extracontratual do estado em sede ambiental e a jurisprudência do STJ	220
4 Conclusões	227
Referências	228

A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL
SUSTENTÁVEL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Amanda Guiomarino, Priscilla Vieira	231
1 Introdução.....	231
2 O desenvolvimento nacional sustentável e o tão falado ASG (ESG).....	232
3 A Lei nº 14.133/2021 e sua relação com o desenvolvimento nacional sustentável	234
4 Compras sustentáveis e perspectivas para o futuro	238
5 Conclusão.....	241
Referências	242

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: APLICAÇÃO DA NOVA
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Milene Dias da Cunha, Meriam Paes	245
1 Introdução.....	245
2 A Lei nº 14.133/2021 e as compras públicas sustentáveis	247
3 Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos na gestão pública brasileira.....	250
4 Boas práticas	255
5 Levantamento sobre a aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos nos municípios brasileiros	256
6 Pontos positivos.....	265
7 Considerações finais.....	267
Referências	268

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS SOB A ÓTICA DA LEI
FEDERAL Nº 14.133/2021: EXPECTATIVA OU POSSIBILIDADE REAL?

Anete Marques Penna de Carvalho, Tátilla Brito Pamplona	271
1 Introdução.....	271
2 Evolução legislativa das compras públicas no Brasil	272
3 Sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e a Lei nº 14.133/2021	274
4 Critérios de sustentabilidade na Lei nº 14.133/21	275
5 Desafios para aplicabilidade da Lei nº 14.133/21?	279
6 Conclusão.....	281
Referências	282

SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA NO
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA NA AMAZÔNIA LEGAL

Jane Vieira Alcântara Neves, Monique Soares Leite	285
1 Introdução.....	285
2 Sustentabilidade, governança pública fundiária e processo administrativo de regularização fundiária urbana na Amazônia legal	287
3 Considerações finais.....	294
Referências	295

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)
E OS SEUS REFLEXOS NAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
PARA A ATUAÇÃO ADVOCATÍCIA EM DIREITO ADMINISTRATIVO

Victor Russo Fróes Rodrigues	297
1 Introdução.....	297
2 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o controle das atividades das instituições e dos agentes públicos	298
3 Reflexo dos ODS na atuação advocatícia em Direito Administrativo	300
4 Conclusão.....	304
Referências	304

PROCESSO ESTRUTURAL E SUSTENTABILIDADE NO
DIREITO ADMINISTRATIVO: UM CAMINHO PARA A
EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

Adilson Carvalho Pantoja	307
1 Introdução.....	307
2 O desenvolvimento sustentável e as contratações públicas: Agenda 2030 da ONU, ODS 12.7 e gestão pública sustentável ..	309
3 Processo estrutural e o controle judicial de políticas públicas....	312
4 Processo estrutural como mecanismo de reestruturação de órgãos administrativos em falhas de gestão ambiental: o caso da ADPF nº 760 e a Pauta Verde	316
5 Considerações finais.....	320
Referências	321

O COMBATE À GRILAGEM PELOS CARTÓRIOS DE
REGISTRO DE IMÓVEIS: UMA ANÁLISE ACERCA DA
JURIDICIDADE DOS PROVIMENTOS VOLTADOS AO
COMBATE À GRILAGEM EDITADOS PELA CORREGEDORIA
DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Antonio Carlos Apolinário de Souza Cardoso	325
Introdução.....	325
1 O caos fundiário e o combate à grilagem pela Corregedoria de Justiça	326
2 A fiscalização e regulação da atividade registral pelo Poder Judiciário e a juridicidade dos provimentos voltados ao combate à grilagem	328
Conclusão.....	336
Referências	337

SOBRE OS AUTORES.....	341
-----------------------	-----

Adilson Carvalho Pantoja

Mestrando em Direitos Humanos com ênfase em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduado em Direito pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ). Coordenador do Grupo de Pesquisa Observatório de Tutela Coletiva e Estrutural (CNPq). Membro do Instituto de Direito Administrativo do Pará (IDAPAR). Advogado. *E-mail*: adilsoncpantojaea@gmail.com.

Amanda Guiomarino

Servidora Pública. Analista Ministerial – Direito do Ministério Público do Estado do Pará. Graduada em Direito e especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública. Presidenta da Comissão de Licitação e Contratos do Instituto de Direito Administrativo do Estado do Pará (IDAPAR). Integrante do Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direito Administrativo Contemporâneo e do Centro de Estudos Empírico-Jurídicos. Palestrante e conteudista. Instagram @amandaguiomarino.

Ana Maria Barata

Mestra e professora aposentada da UFPA em Direito Administrativo. Especialista em Direito Administrativo Sancionador Disciplinar. Consultora jurídica aposentada. Advogada. Autora de cinco livros coletivos. Membro efetiva do IDASAN, IDAPAR e ISM.

Anete Marques Penna de Carvalho

Advogada, Procuradora do Estado do Pará e Juíza substituta do TRE/PA. Mestra em Direito pela UFPA. Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal).

Antonio Carlos Apolinário de Souza Cardoso

Mestre e doutorando em Direito (PPGD/UFPA). Tabelião e registrador em Curionópolis/PA. *E-mail*: acapolinariocardoso@gmail.com.

Ariane Brito Cal Athias

Pós-doutora em Direito na Universidade de Salamanca (2022). Doutora em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP (2007). Mestra em Direito pela Universidade da Amazônia – UNAMA (2001). Professora associada I da Universidade Federal do Pará (UFPA), cedida ao Ministério Público do Estado do Pará para exercer o cargo em comissão de assessor do Procurador-Geral de Justiça. Professora do programa de pós-graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia – PPGDDA (mestrado profissional) da UFPA. Professora titular de graduação e do programa de pós-graduação em Direitos Fundamentais (mestrado) da UNAMA. Vice-presidente do Instituto de Direito Administrativo do Pará (IDAPAR).

Carlos Alberto Schenato Junior

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor assistente do curso de pós-graduação em Direito e Processo Tributário no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Vice-presidente da Associação dos Advogados Tributaristas do Pará (AATP). Advogado atuante na área de Direito Tributário. *E-mail*: schenatojunior95@gmail.com.

Cesar Pereira

Sócio sênior de Justen, Pereira, Oliveira & Talamini. Chartered Arbitrator (C.Arb) e Fellow do Chartered Institute of Arbitrators (FCiarb). Doutor em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Daniella Maria dos Santos Dias

Doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA) e professora do Instituto de Ciências Jurídicas e do programa de pós-graduação em Direito da UFPA. Especialista em Direito Ambiental e em Educação Ambiental pela UFPA. Especialista em Direito Agrário pelo CESUPA. Promotora de Justiça. Universidade Federal do Pará/Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil. *E-mail*: diasdaniella@gmail.com.

Elody Boulhosa Nassar

Mestra e Doutora em Direito pela Universidade Federal do Pará. Professora adjunta da cadeira de Direito Administrativo da Universidade Federal do Pará (aposentada). Procuradora do Estado do Pará (aposentada). Advogada.

Eurico Soares Montenegro Neto

Advogado Administrativista com atuação no ramo estatal (CEF) e privado (MBAV Sociedade de Advogados). Doutorando em Direito Constitucional no IDP. Mestre em Direito Econômico pela PUC-PR. Presidente do Instituto Rondoniense de Direito Administrativo (IRDA).

Fábio Bandeira de Mello

Mestrando em Direito e Função Social pela Faculdade Autônoma de Direito (FADISP). Pós-Graduado em Direito Civil e Processual Civil pelo Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Pós-graduado em Direito Público pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Bacharel em Direito pelo Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Sócio Administrador do escritório Bandeira de Mello e Barbirato Advogados e Presidente do Instituto Amazonense de Direito Administrativo (IADA).

Fernando Lourenço Matos Lima

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Direito Ambiental e Sustentabilidade pela FGV-IDEAL e Filosofia e Teoria do Direito pela PUC Minas. Advogado. *E-mail:* fernandolmlima@hotmail.com.

Jane Vieira Alcântara Neves

Advogada. Mestranda em Direito no programa de pós-graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia (PPGDDA/UFPA). Especialista em Direito Público e Direito Notarial e Registral. Membro do Instituto de Direito Administrativo do Pará (IDAPAR).

João Paulo Mendes Neto

Doutor em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com área de concentração em Direito Tributário Constitucional. Graduado pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Especialista em Direito Tributário e em Direito Processual Tributário. Advogado. Sócio do Escritório Mendes Advocacia e Consultoria S/S desde 2017. Coordenador de pós-graduação *lato sensu* em Direito (CESUPA). Presidente e Fundador da Associação dos Advogados Tributaristas do Estado do Pará – AATP (2018-2019). Presidente da Comissão Especial em Direito Empresarial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (2019). Ex-Conselheiro Titular no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF em Brasília-DF (2019-2020).

João Rogério Rodrigues

Advogado. Mestrando na área ambiental/UFPA. Membro efetivo do IDAPAR. Sócio fundador do Escritório Rodrigues Sociedade Individual.

Marcio Augusto Moura de Moraes

Advogado, mestrando em Administração Pública pelo Instituto de Direito Público (IDP), Conselheiro Seccional Efetivo da OAB/PA (2018-2024), pós-graduando em Direito Administrativo pela PUC Minas, MBA em Direito do Trabalho pela FGV-Ideal, membro da Comissão de Servidores Públicos do IBDA e do Instituto de Direito Administrativo Sancionador (IDASAN). Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Pará (IDAPAR).

Maria Cristina Cesar de Oliveira

Mestra e doutora em Direito (UFPA). Estágio Doutoral na Universidade de Coimbra, Portugal, e na Universidade Externado, Bogotá, Colômbia. Professora associada III (aposentada) (UFPA). Consultora jurídica (aposentada) do Estado do Pará. Advogada (UFPA). Foi Procuradora-Geral da UFPA, Secretária de Meio Ambiente do Município de Belém/PA, Consultora Geral do TCE/PA e Conselheira Titular representando a OAB/PA no COEMA/PA. Diretora acadêmica do IDAPAR.

Meriam Paes

Auditora de Controle Externo do TCE/PA. Especialista em Gestão Pública com ênfase em Políticas Públicas e Governança pelo Instituto de Formação Profissional e Superior da Escola de Governança Pública do Estado do Pará (2019), especialista em Gestão Governamental pela Fundação Getúlio Vargas - SP (2005) e graduada em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas Colégio Moderno (1984).

Miguel Monteiro Ribeiro

Engenheiro ambiental e sanitarista formado pela UEPA. Pós-graduando em Engenharia de Segurança do Trabalho na USP. Consultor ambiental.

Milene Dias da Cunha

Conselheira Substituta no TCE/PA. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (2019), especialista em Direito Público com ênfase em Gestão Pública pelo Complexo Jurídico Damásio de Jesus (2015), especialista em Gestão de Pessoas e Marketing pelo Centro Universitário de Patos de Minas (2004) e graduada em Administração pelo Centro Universitário de Patos de Minas/Universidade Estado de Minas Gerais (2002). Presidente da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (AUDICON) (2024 - atual). Secretária-Geral da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) (2024 - atual). Docente, autora de artigos e conferencista na área de controle externo e políticas públicas.

Mônica Martins Toscano Simões

Mestra em Direito Administrativo pela PUC-SP. Procuradora do Estado do Pará.

Monique Soares Leite

Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Especialista em Direito Administrativo (PUC Minas) e em Direito Processual Civil (Anhanguera/Uniderp). Membro do Instituto de Direito Administrativo do Pará (IDAPAR).

Octavio Cascaes Dourado Junior

Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA. Mestre em Engenharia Hidráulica pela EPUSP. Especialista em Direito Administrativo pela PUC Minas. Engenheiro civil e advogado. Professor adjunto IV da UEPA. Conselheiro Titular representando a UEPA no COEMA/PA. Presidente da Comissão de Princípios Jurídicos e Sustentabilidade do IDAPAR.

Pedro Simões da Silva

Graduando em Direito no Centro Universitário do Pará (Cesupa) e integrante do Grupo de Pesquisa Comunidade, Conflitos, Problemas e Insatisfações Sociais e o Estudo sobre Paz (CNPq).

Priscilla Vieira

Advogada, especialista em Direito e Processo do Trabalho. Coautora de livros. Membro do Instituto de Direito Administrativo do Estado do Pará (IDAPAR) e da Rede Governança Brasil. Conteudista no Instagram @priscillavieira.licitar. Palestrante. Professora de pós-graduação em Licitações e Contratos.

Renata Fabris Pinto Gurjão

Advogada administrativista. Sócia do Fabris & Gurjão Advocacia. Assessora jurídica do Conselho de Medicina do Estado de Rondônia (CREMERO). Mestranda em Ciência Jurídica pela Univali-FCR. Pós-graduada em Ciência Jurídica, Direito Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos. Consultora ESG. Secretária-Geral do Instituto Rondoniense de Direito Administrativo (IRDA). Presidente da Comissão de Direito Administrativo da OAB/RO.

Sandoval Alves da Silva

Doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Procurador do Trabalho, professor da UFPA, no programa de pós-graduação em Direito (PPGD) e na graduação. Membro da International Association of Procedural Law (IAPL) e do Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal (IIDP). Coordenador do Grupo de Pesquisa Comunidade, Conflitos, Problemas e Insatisfações Sociais e o Estudo sobre Paz (CNPq).

Sérgio Oliva Reis

Discente do curso de mestrado profissional do programa de pós-graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia da UFPA. Advogado e Procurador do Estado do Pará. *E-mail*: olivareissergio@gmail.com.

Stefany Monteiro Lucena

Engenheira ambiental e sanitária formada pela UEPA. Pós-graduanda em Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas e Contaminadas – Faculdade Unyleya. Consultora ambiental.

Tátilla Brito Pamplona

Procuradora do Estado, especialista em Gestão, Projetos e Auditoria Ambiental pela UFPA e em Gestão Estratégica de Carbono pela FGV.

Victor Russo Fróes Rodrigues

Advogado e professor universitário. Sócio do Penna & Russo Advocacia, coordenador da área de Direito Público. Mestre em História pelo programa de pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Vice-diretor geral da Escola Superior de Advocacia da OAB/PA. Presidente da Comissão de Educação Jurídica da OAB/PA.